

Opções Políticas para uma “Primavera Cubana”

Gregory Weeks e
Erin Fiorey

PASSADOS MAIS DE 20 anos da queda da União Soviética e mais de 50 da revolução cubana, o governo de Cuba permanece como um lembrete persistente de que nem todos os conflitos da Guerra Fria terminaram. Enquanto o mundo acompanha a histórica mudança política em curso no Oriente Médio, Cuba é liderada pelos mesmos dois homens desde a época do governo de Dwight D. Eisenhower nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse ínterim, as políticas estadunidenses evoluíram muito pouco.

O antagonismo profundo entre estes dois países permitiu que as opções políticas se calcificassem. A política oficial estadunidense entende que o governo cubano é ilegítimo e deve ser removido do poder. No entanto, fica evidente que os EUA têm pouca influência e, portanto, irão responder à transição em Cuba quando ela ocorrer, em vez de agirem como uma força motriz de mudança política. Como fazer isso da forma mais efetiva possível é uma questão em aberto.

Este artigo analisa a evolução da política estadunidense em relação a Cuba e oferece recomendações nesse campo para a eventualidade de uma “Primavera Cubana”, usando a “Primavera Árabe” como exemplo recente para fins de comparação.

Antecedentes Históricos

A história política cubana do último século é intimamente ligada aos EUA. Como um acadêmico observou, “Os Estados Unidos e Cuba nunca tiveram conexões normais”¹. A “mudança de regime” foi até codificada na Constituição cubana de 1901 a 1934 por meio da Emenda Platt. A terceira parte dessa emenda estabelecia claramente:

Que o governo de Cuba consente que os Estados Unidos possam exercer o direito de intervir para a preservação da independência cubana, a manutenção de um governo adequado para a proteção da vida, bens e liberdade individual².

Os EUA intervieram em mais de uma ocasião, e era comum a presença de marinheiros e fuzileiros navais estadunidenses no país. O Senador Platt escreveu confiantemente: “Com a chamada Emenda Platt, os EUA sempre estarão em posição de retificar a situação caso ela se torne muito desfavorável”³. Como observa um ilustre historiador cubano, Cuba era caracterizada pela mídia e políticos estadunidenses como uma criança, incapaz de tomar suas próprias decisões competentemente⁴. A Política de Boa Vizinhança do Presidente Franklin Roosevelt, anunciada em 1933, sinalizou o fim da era de direção estadunidense, mas não de intervenção.

Devido, em parte, a essa relação assimétrica, a revolução cubana surgiu e cresceu. Fidel Castro nasceu durante a ocupação e se tornou politicamente proeminente em uma época em que os EUA consideravam o ditador Fulgencio Batista o garantidor da estabilidade na ilha. A desconfiança que Castro sentia em relação aos EUA perturbou o Presidente Eisenhower, que disse a um repórter: “Quando estavam em apuros, houve uma ocupação, em torno de 1908, e mais uma vez nós os estabilizamos e os libertamos”⁵. A ideia de que os cubanos talvez não houvessem necessariamente apreciado a mudança de regime liderada por estrangeiros passou pela cabeça de poucas pessoas. Assim, para ter êxito quando os Castros finalmente saírem do poder, a política

Gregory Weeks é professor adjunto de Ciência Política e diretor de Estudos Latino-Americanos na University of North Carolina, Charlotte. É doutor pela University of North Carolina, Chapel Hill.

Erin Fiorey é mestranda em Estudos Latino-Americanos na University of North Carolina, Charlotte. É bacharel pela Wake Forest University.

estadunidense precisará sempre levar em consideração a resistência do povo cubano contra a manipulação estrangeira — ou até mesmo a aparência de manipulação.

Uma Política Dupla de Isolar Cuba

A mudança de política que se iniciou logo após a revolução é, claro, bem conhecida. As sanções econômicas editadas em 1960 (e ampliadas em 1962); a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1961; a invasão fracassada da Baía dos Porcos, em 1962; e até as tramas de assassinato: todas fazem parte do histórico da política estadunidense para com Cuba. Juntas, representam um esforço de isolar o governo Castro, tanto política quanto economicamente, com a meta final de mudança de regime. Essa meta evidentemente nunca foi atingida. Em vez disso, o regime consolidou sua posição.

Para promover o objetivo de pressionar o regime cubano, em 1982 o Departamento de Estado classificou Cuba como um “Estado Patrocinador do Terrorismo”, designação que permanece em vigor até hoje. Todo país constante dessa lista “forneceu apoio, repetidamente, a atos de terrorismo internacional”. O relatório mais recente, divulgado no final de 2011 e menos incisivo do que aqueles publicados pelo Departamento de Estado durante a Guerra Fria, manteve o seguinte:

O [g]overno de Cuba posicionou-se publicamente contra o terrorismo e o financiamento terrorista em 2010, mas não há evidência de que ele tenha rompido relações com integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e reportagens recentes da mídia indicam que alguns atuais e ex-membros do grupo separatista Pátria Basca e Liberdade (ETA) continuam residindo no país⁶.

O resultado dessa classificação acabou por isolar Cuba, mediante o bloqueio da assistência econômica e da venda de armas e a imposição de uma variedade de restrições financeiras.

Na verdade, o fim da Guerra Fria só veio a fazer com que os EUA reforçassem a pressão contra o governo cubano. As tentativas de assassinato e as operações secretas eram tabus, mas a avaliação geral era de que o regime estava à beira do colapso e, portanto, mais restrições iriam compeli-lo a esse fim. A Lei para a Democracia Cubana (*Cuban Democracy Act*), de 1992, afirmava que a política estadunidense era de “buscar uma transição pacífica para a democracia e um retorno do crescimento econômico em Cuba, por meio da aplicação de sanções precisamente voltadas ao governo Castro e da edição de medidas de apoio ao povo cubano”⁷. A referida lei promoveu o endurecimento do embargo econômico, penalizando subsidiárias estrangeiras de empresas estadunidenses que fizessem negócios

em Cuba, e restringiu viagens e remessas de dinheiro a moradores da ilha. O ato enfatizava que as sanções não seriam suspensas até que ocorressem eleições livres. A lei foi formulada tanto em termos de direitos humanos quanto de segurança nacional devido a “atividades subversivas”.

O governo estadunidense já não considera Cuba como uma ameaça central à segurança nacional, mas ela está sempre presente em certo grau. As sucessivas versões da *Estratégia de Segurança Nacional dos*



Damas de Blanco

Vestidas de branco e armadas apenas com uma flor e uma foto de seus entes queridos, integrantes da Associação Damas de Branco marcham em protesto contra a detenção de dissidentes, em Cuba.

Estados Unidos da América abordaram Cuba de algum modo depois da Guerra Fria, observando que era a única ditadura remanescente na região. Preocupações com a possibilidade de ela enviar tropas ao exterior — assunto constante durante a Guerra Fria — se dissiparam, abrindo caminho para uma ênfase na promoção da democracia.

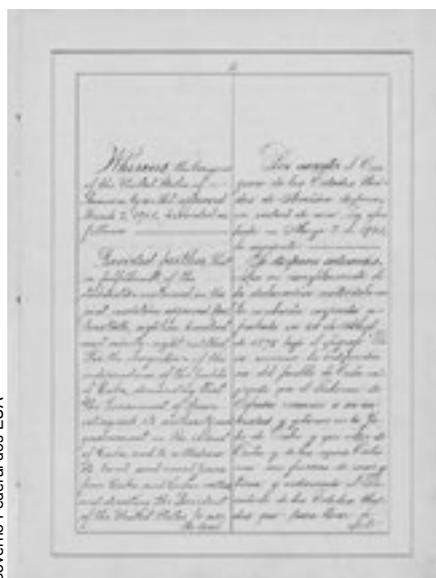
Em 1998, o referido documento reforçou a noção de que os EUA “permanecem comprometidos com a promoção de uma transição pacífica para a democracia em Cuba”. As *Estratégias de Segurança Nacional* de 1990, 1995, 1998, 2002 e 2006 exibiram padrões semelhantes em sintaxe e temas: por exemplo, todos os anos apresentam oportunidades “sem precedentes” ou “sem paralelo” para os EUA empregarem seu poder e influência no cenário mundial e promoverem o crescimento da democracia.

Este último país exerceu pressão econômica para que o governo cubano aprovasse reformas, ao mesmo tempo em que financiou organizações de oposição na sociedade civil e aumentou a assistência humanitária.

Cuba ficou ainda mais apagada no “radar” de segurança nacional dos EUA após o 11 de Setembro, quando o foco se voltou firmemente para o Oriente Médio. A essa altura, Cuba não tinha nenhuma verdadeira presença global, a não ser apenas por razões humanitárias.

O governo estadunidense já não considera Cuba como uma ameaça central à segurança nacional...

A maior mudança de estratégia ocorreu em 2010 pela ênfase dada à questão da segurança ao invés de esforços para influenciar eventos internacionais. Da mesma forma, concentrou-se no desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento da democracia. O documento *Estratégia de Segurança Nacional* daquele ano enfocava a melhoria e maximização da efetividade das instituições estadunidenses, incluindo nesse rol os desdobramentos militares. O discurso



Governo Federal dos EUA

A Emenda Platt de 1901

A Emenda estipulou as condições para a retirada de tropas estadunidenses ainda em Cuba no final da Guerra Hispano-Americana e definiu os termos das relações entre Cuba e os EUA, que prevaleceriam até o Tratado de Relações de 1934.

de incentivo à democracia no mundo, tão proeminente em documentos de anos anteriores, aparece apenas como menção. De fato, a nova ênfase era que “nós promovemos valores universais no exterior ao vivê-los aqui no país e não buscaremos impô-los por meio da força”⁸.

A *Estratégia de Segurança Nacional* de 2010 citava poucos exemplos específicos sobre onde o desenvolvimento democrático teve êxito ou não avançou, justificando apenas que “mesmo onde alguns governos adotavam práticas democráticas, governantes autoritários minavam os processos eleitorais e limitavam o espaço para a oposição e a sociedade civil”. Também abandonava o imperativo ou “responsabilidade” estadunidense de se “opor àqueles que pudessem ameaçar a sobrevivência ou o bem-estar de seus vizinhos pacíficos”, usando linguagem bem menos acirrada, e fazia mais referências a organizações internacionais para a resolução de conflitos em que o país estivesse envolvido. Essas mudanças, apenas algumas de muitas no relatório de 2010, revelaram uma transformação — embora limitada — de paradigma e de estratégias aceitáveis para a segurança nacional. Dessa perspectiva, Cuba precisava mudar, mas essa mudança não seria forçada.

Um Relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso (*Congressional Research Service Report*), de 2008, resumiu a política estadunidense como “uma política dupla de isolar Cuba”, por meio de sanções econômicas e de esforços para facilitar uma oposição política mais ativa por parte da sociedade civil cubana. O relatório salienta, corretamente, que a Lei de Liberdade Cubana e Solidariedade Democrática de 1996 (Lei Helms-Burton) limita reações a qualquer transição política em Cuba. Com lógica semelhante à da Lei para a Democracia Cubana, ela objetivava a queda do governo Castro por intermédio do fortalecimento, ao máximo, do embargo econômico.

Fornecendo um Enquadramento Político

A futura resposta dos EUA à transição política em Cuba precisa seguir uma sequência complicada. A Seção 203 da Lei Helms-Burton exige que o presidente designe um coordenador caso um processo de transição esteja em curso. Essa autoridade deverá então criar e convocar um conselho estadunidense-cubano. Por último, o presidente deve redigir um relatório aos devidos comitês do Congresso, em um prazo máximo de 15 dias após determinar a existência de um governo de transição. Na prática, isso significa que a influência sobre a política estadunidense para com Cuba passou para as mãos do Congresso, o qual deve aprovar a ação do presidente. Um fim declarado da lei é “fornecer um enquadramento político para o apoio estadunidense ao povo cubano, em resposta à formação de um governo de transição ou de um governo eleito democraticamente no país”⁹. Será um projeto conjunto entre o presidente e o Congresso, até que este último declare que o governo de transição realmente segue os passos para uma democracia.

O governo George W. Bush acrescentou mais camadas de complexidade. Sua Comissão de Assistência para uma Cuba Livre (*Commission of Assistance to a Free Cuba*), chefiada pelo General Colin Powell, elaborou um relatório em 2004. O General Powell observou no prefácio que um propósito da comissão era buscar formas de “apressar” a transição cubana e depois trabalhar com esse governo¹⁰. Ao referir-se principalmente à Lei Helms-Burton, o documento observa que

“o relatório talvez incluía recomendações para assistir Cuba, quando livre, que sejam proibidas ou limitadas pela legislação atual dos EUA”. Suas recomendações essenciais centravam em dar continuidade ao isolamento, minar o processo de sucessão, financiar a oposição cubana, restringir viagens para a ilha por cidadãos estadunidenses e ressaltar os abusos do regime. O relatório recomendava que as Forças militares dos EUA assumissem um papel ativo na modernização e profissionalização das Forças Armadas cubanas após a transição.

O governo de Barack Obama promoveu, em 2009, pequenas mudanças na política de relacionamento com Cuba, esperando engajar os cubanos ao permitir maior número de visitas de familiares, remessas de dinheiro e doações humanitárias e ao abrir mais conexões de telecomunicações com a ilha. Em 2011, a administração Obama ampliou as autorizações de viagens fazendo alusão à política de “estender a mão ao povo cubano”¹¹. Isso não representou, porém, uma mudança radical nem algo drasticamente diferente do passado. No entanto, como observado anteriormente, o governo afastou-se da retórica de “apressar” a transição ou de intervir. Assim, o relatório da Comissão de Assistência para uma Cuba Livre, que não tem nenhum valor legal, provavelmente não será cumprido de imediato, se uma transição ocorrer enquanto o Presidente Obama estiver no governo. De fato, a *Revisão Quadrienal de Diplomacia e Desenvolvimento (Quadrennial Diplomacy and Development Review)* de 2010, do Departamento de Estado, retira a ênfase da reconstrução nacional e se concentra mais em direcionar recursos aos governos locais para gerar desenvolvimento econômico¹².

Em virtude de a ditadura Castro estar profundamente arraigada, existem reduzidas indicações para uma “Primavera Cubana”. Surgem movimentos organizados periodicamente, mas eles não conseguem ampliar a difusão, pois os protestos são ameaçados e estreitamente monitorados pelo governo. Por outro lado, considerando especialmente a mudança demográfica, é provável que haja algum tipo de transformação política. Um crescente número de cubanos nasceu após a revolução, e, se eles já não emigraram, não são necessariamente tão comprometidos com ela ideologicamente. Essa

situação não é muito diferente da “Primavera Árabe”. Quando Fidel Castro adoeceu, em 2006, boatos de sua morte iminente se espalharam rápido, mas de forma imprecisa. É inevitável que haja alguma mudança de regime, embora seja impossível prever sua natureza exata.

O Domínio dos Sultões Está Chegando ao Fim

Embora tenha raízes nos protestos do Movimento Verde Iraniano, de 2009, a chamada “Primavera Árabe” teve início em dezembro de 2010, quando um homem ateou fogo no próprio corpo publicamente para protestar contra a brutalidade policial na Tunísia. Manifestações de grande escala neste último país levaram à remoção do presidente no mês seguinte. Por meio do uso da tecnologia e das mídias sociais, o exemplo se espalhou por todo o Oriente Médio em uma luta contra governos quase sultanescos, controlados por uma pequena elite dominante, que funde o público e o privado, o Estado e o governante como um só, sem nenhuma obrigação de prestar contas. Como o acadêmico Jack Goldstone resumiu, “O domínio dos sultões está chegando ao fim”¹³.

Uma característica essencial de todos esses protestos é que, ainda que possam ter se inspirado em eventos externos, foram de caráter essencialmente nacional. Na verdade, a força vital desses movimentos dependeu fundamentalmente desse fato.

Houve muitas fontes de discordância interna. O governo autoritário, a corrupção, o desemprego

e as disparidades econômicas se aliaram a mudanças demográficas, levando ao surgimento de um grande número de jovens descontentes. Não estando tão próximos das condições sociopolíticas — particularmente a Guerra Fria — que haviam contribuído para o estabelecimento das ditaduras, os jovens passaram a exigir mudanças. Contudo, enfrentaram ditaduras de longa data, desacostumadas a permitir mais do que uma oposição simbólica.

Conforme cresceram e entraram em choque — às vezes violento — com seus respectivos governos, esses movimentos receberam apoio moral e material do exterior. Com respeito aos Estados Unidos, a natureza desse apoio variou consideravelmente, desde o apoio para a operação da OTAN na Líbia até a remoção do apoio retórico e material a Hosni Mubarak no Egito. Dadas as circunstâncias diferentes e muito fluidas, não existe um modelo político rígido a seguir. Em um discurso de 2011, o Presidente Obama se referiu à “Primavera Árabe” em termos que refletiam anos de políticas em relação a Cuba, segundo os quais os Estados Unidos promoveriam reformas e transição democrática, mesmo em países onde ainda não houvesse ocorrido a transição. Contudo, ao mesmo tempo, “seria o próprio povo que iniciaria esses movimentos, e é o próprio povo que precisa determinar seu destino no final das contas”¹⁴. Essa posição se alinha com a *Estratégia de Segurança Nacional* de 2010.

Até agora, mudanças de regime ocorreram em quatro países: Egito, Líbia, Tunísia e Iêmen. Nesse meio-tempo, conflitos políticos abalaram a Síria e Bahrein e ainda podem surgir em outros lugares. Regimes que pouco tempo atrás eram geralmente considerados sólidos se desintegraram em poucas semanas. Os EUA vêm conseguindo estabelecer laços positivos, embora prudentes, com os governos de transição emergentes. Isso se deve, em grande medida, à sua resposta política calculada. Mergulhar de cabeça em uma guerra civil seria, decididamente, um negócio arriscado.

Embora esses processos políticos ainda estejam em curso e os resultados sejam incertos, existem lições que podem ser exploradas para um melhor entendimento da situação de Cuba e do papel dos Estados Unidos em contribuir para sua democratização. O regime cubano também é



Orlando Luis Pardo Lazo

Yoani Sánchez, blogueira internacionalmente reconhecida, trabalha intensamente em prol de uma transição política em Cuba. Havana, Cuba, 2011.



O navio-hospital USNS Comfort é um dos vetores da Marinha dos EUA para promover a assistência médico-hospitalar em casos de catástrofe.

liderado por “sultões”, já que há pouca diferença entre o Estado e os Castros. Quando ocorrer uma transição, sem dúvida existirão algumas características econômicas e demográficas semelhantes.

Ao mesmo tempo, precisamos reconhecer algumas diferenças importantes. Um fator essencial é o ativismo político da comunidade cubano-estadunidense nos EUA, para o qual não existe paralelo algum nos países afetados pela “Primavera Árabe”. Vinculada estreitamente a isso está a questão da geografia. O conflito civil no Oriente Médio certamente afeta os Estados Unidos, mas, no caso de Cuba, o impacto seria imediato, na forma de um contingente de refugiados. Essa possibilidade foi levantada na *Estratégia de Segurança Nacional* de 1998 e nunca sai das mentes dos legisladores. Não obstante, podemos estabelecer alguns parâmetros para a formulação de políticas.

O Dinheiro dos EUA não Causará a Mudança em Cuba

Como seria uma transição cubana? Por que iria começar? Ninguém previu a “Primavera Árabe”, e para Cuba os diversos possíveis cenários estariam além do alcance deste artigo. Yoani Sánchez, blogueira cubana da oposição, escreve que os cubanos consideram a transição no país semelhante a um prédio em mau estado de conservação em Havana: “Nem os furacões nem as chuvas o derrubam, mas um dia alguém tenta trocar a fechadura na porta principal e o edifício inteiro desmorona”¹⁵. De qualquer forma, dada a

natureza hermética do regime e sua bem-sucedida resistência contra a influência estadunidense, é bem improvável que os Estados Unidos tenham muita influência sobre seu início.

Como defende o conhecido dissidente cubano Oswaldo Payá: “Fala-se sobre o dinheiro dos Estados Unidos para a sociedade civil. O dinheiro estadunidense não irá causar mudança em Cuba”¹⁶. É um ponto que ele repete várias vezes. Se houver uma “Primavera Cubana”, seu surgimento e sucesso final dependerão de sua origem interna. De fato, isso reflete a posição política do governo de Barack Obama. Como a Secretária de Estado Hillary Clinton afirmou em 2011, “Essas revoluções não são nossas. Não foram criadas por nós, para nós, ou contra nós, mas, sim, temos um papel. Nós temos os recursos, as capacidades e a perícia para apoiar aqueles que busquem reforma pacífica, significativa e democrática”¹⁷. Até o Cardeal católico em Cuba, Jaime Ortega, advertiu contra “um tipo de subcultura estadunidense que invade tudo”¹⁸. Ele não estava se referindo apenas à cultura, mas também à política.

O que essa postura de resistência acarreta é um risco maior de reação adversa se os EUA se inserirem forçosamente na questão. O país enfrentou um dilema semelhante durante as transições médio-orientais da “Primavera Árabe”. A percepção difundida de que ele tenta orientar eventos fomenta desconfiança e confere influência às forças pró-regime ou, no mínimo, coloca na defensiva líderes, que, em outras circunstâncias, talvez aceitassem sua assistência. Isso é geralmente chamado de “tiro

pela culatra” e, a longo prazo, pode reduzir muito a influência estadunidense.

Contudo, caso uma eventual transição política em Cuba venha a ocorrer, os Estados Unidos terão de responder, especialmente em consideração à proximidade geográfica com a Ilha e aos laços políticos domésticos da comunidade cubano-estadunidense. Devem fazer isso de uma forma construtiva, para evitar que permaneçam com o hábito de “rejeitar a maioria das ferramentas de engajamento diplomático”, como descrito em um relatório de assessoramento do Senado de 2009¹⁹. O relatório também observou corretamente que qualquer governo de transição ou movimento da oposição que tentar tornar-se um governo não será uma *tabula rasa*. Até se tiverem uma postura mais positiva em relação aos Estados Unidos do que os Castros, os líderes do movimento também estarão imbuídos do histórico das relações estadunidense-cubanas; isto é, dos esforços dos Estados Unidos de exercerem controle político. Em um depoimento ao Congresso, em 2009, o ex-Comandante do Comando Sul dos EUA, General Barry McCaffrey, observou: “Não há dúvidas de que nos falta influência”²⁰. Estabelecer influência não é uma tarefa fácil nem algo que possamos alcançar rapidamente.

Respostas Políticas

Se juntarmos todas as lições da história das relações estadunidense-cubanas e da experiência inicial da “Primavera Árabe”, poderemos então fazer algumas recomendações com respeito a políticas, com base na sensibilidade de Cuba em relação à sua soberania, nas dificuldades inerentes a uma ação unilateral e no equilíbrio delicado entre os poderes legislativo e executivo na formulação de políticas.

Primeiro, o apoio material dos Estados Unidos deve originar de um pedido do governo de transição. A ação prematura pode, na realidade, minar protestos, ao permitir que o governo local os apresente como uma estratégia estadunidense para impor influência excessiva. Até integrantes proeminentes da oposição cubana exibem preocupação a esse respeito. A assistência pode ser útil, mas também pode facilmente dar errado. Isso se aplica em todas as etapas da transição.

A Comissão de Assistência para uma Cuba Livre defende uma ação imediata e abrangente,

mas até a oposição cubana ficaria desconfiada. Avançar precipitadamente forçaria um grupo possivelmente amistoso a assumir uma resposta nacionalista. Isso complicaria os cálculos políticos internos nos Estados Unidos e até poderia desacelerar a própria transição.

Segundo, os Estados Unidos devem se engajar com outros países latino-americanos para facilitar a transição mais pacífica e autônoma possível em Cuba. Esse não será necessariamente um processo sem dificuldades; acarretará muitos desafios. Como no Oriente Médio, uma resposta multilateral aumentará a legitimidade nacional e internacional do governo de transição e dos governos seguintes. Isso não quer dizer que os EUA “liderem da retaguarda”, e sim que evitem respostas unilaterais. Particularmente, a ajuda econômica e o alívio da dívida seriam importantes para o novo governo.

Uma abordagem multilateral acarretará uma resposta mais lenta do que uma ação unilateral. No entanto, ela aumentará as chances de um novo governo normalizar relações com os Estados Unidos. Também será difícil, pelo menos no início, porque cinco décadas de uma política unilateral de embargo deixaram os Estados Unidos isolados tanto na região quanto no mundo.

Terceiro, o emprego de tropas estadunidenses não é recomendado. Considerando a histórica forte preferência pela política de não intervenção, por parte dos governos latino-americanos, ao contrário do Oriente Médio, é muito improvável que surja apoio regional para qualquer forma de

A percepção difundida de que os Estados Unidos tentam orientar eventos fomenta desconfiança...

emprego de força, e a história das relações entre os EUA e a América Latina adverte contra uma ação unilateral. Seria vista quase certamente como ilegítima. Isso é coerente com a mudança de política delineada na *Estratégia de Segurança Nacional* de 2010.

Por toda a América Latina, o emprego de força militar é visto quase totalmente em termos negativos. A região não apenas conta com uma das taxas de guerra interestatal mais baixas de qualquer área do mundo, como também há muitos exemplos de intervenção unilateral pelos Estados Unidos que não foram vistos favoravelmente.

Quarto, o poder de persuasão é importante. Como Joseph Nye argumenta, poder de persuasão “é a capacidade de se conseguir o que se quer pela atração em vez da coerção ou pagamentos”²¹. Ele acrescenta que “atração pode virar aversão, se agirmos de forma arrogante, e destruir a mensagem verdadeira de nossos valores mais arraigados”. A relevância do poder de persuasão já foi citada com respeito à “Primavera Árabe” também. Vale lembrar que o poder de persuasão pode incluir as Forças Armadas estadunidenses, embora não no sentido de combate ou treinamento. Em seu livro, o Almirante James Stavridis salienta que missões médicas, notavelmente a USNS *Comfort*, já se provaram bem efetivas na promoção de uma imagem positiva para os Estados Unidos²².

Desde o final da Guerra Fria, os Estados Unidos tendem a concentrar-se mais em pagamentos à sociedade civil, embora tenha havido esforços humanitários periódicos. Contudo, como mencionado antes, o fornecimento de verbas, por si só, não é apenas insuficiente, como também contraproducente, se executado de forma indevida. Em condições ideais, o poder de persuasão não

tem restrições ou obrigações e simplesmente se torna uma demonstração concreta de boa vontade, que vai além da retórica.

Um Relacionamento Pós-Castro

A história das relações estadunidense-cubanas e a experiência da “Primavera Árabe” fornecem um contexto útil para identificar as respostas de política ideais em uma futura transição política cubana. Existe uma linha tênue entre a prudência e a passividade, e é preciso que os Estados Unidos saibam discerni-la. Haverá forte resistência a uma presença estrangeira, e existe a possibilidade de que o “tiro saia pela culatra”. O país pode e deve exercer um papel na democratização cubana, mas não pode criá-la.

A política estadunidense para com Cuba tem sido notadamente consistente há décadas, mas nunca atingiu seus objetivos declarados, ou seja, mudança de regime e democratização. Não há como prever quando ocorrerá uma abertura política, e é bem improvável que os Estados Unidos sejam a força motriz da mudança, mas delineamos as maneiras ideais de abordar a mudança de regime quando ela vier a acontecer. As respostas mais efetivas serão construtivas, comedidas e multilaterais, e ao mesmo tempo ativas. Esses não são termos normalmente associados com a política estadunidense para com Cuba, mas são centrais a uma nova relação pós-Castro. **MR**

REFERÊNCIAS

1. PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The United States and Cuba: Intimate Enemies* (New York: Routledge, 2011), p. 1.
2. HOLDEN, Robert H. e ZOLOV, Eric. *Latin America and the United States: A Documentary History* (New York: Oxford University Press, 2011), p. 83.
3. SHOULTZ, Lars. *That Infernal Little Cuban Republic: The United States and the Cuban Revolution* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009), p. 24-25.
4. PÉREZ, Louis A. Jr. *Cuba in the American Imagination* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008).
5. SHOULTZ, p. 129.
6. Consulte <<http://www.state.gov/jt/rls/crt/2010/170260.htm>>.
7. Para o texto da lei, consulte <http://www.state.gov/www/regions/wha/cuba/democ_act_1992.html>.
8. Consulte <http://www.whitehouse.gov/sites/default/les/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>.
9. Para o texto da lei, consulte <<http://thomas.loc.gov/cgi-bin/query/F?c104:1:./temp/~c104FmzEdw:e12706>>.
10. Para o texto inteiro, consulte <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PCAAB192.pdf>.
11. Consulte <<http://www.whitehouse.gov/the-press-of.ce/2011/01/14/reaching-outcuban-people>>.
12. Para o texto inteiro, consulte <<http://www.state.gov/documents/organization/153108.pdf>>.
13. GOLDSTONE, Jack A. “Understanding the Revolutions of 2011,” *Foreign Affairs* 90, 3 (May/June 2011): p. 8-16.
14. Consulte <<http://www.whitehouse.gov/the-press-of.ce/2011/05/19/remarks-president-middle-east-and-north-africa>>.
15. SÁNCHEZ, Yoani. “Country for Old Men,” *Foreign Policy* (November 2011): p. 37.
16. Consulte <<http://www.libertadsindical.com/entrevista-con-oswaldopaya/>>.
17. Consulte <<http://www.state.gov/secretary/rm/2011/11/176750.htm>>.
18. HAVEN, Paul. “As Pope Visit Nears, Spotlight on Cuba’s Cardinal,” *The Boston Globe*, 18 Feb. 2012, <http://www.boston.com/news/world/latinamerica/articles/2012/02/18/as_pope_visit_nears_spotlight_on_cubas_cardinal/>.
19. *Changing Cuba Policy—In the United States National Interest*, Staff Trip Report to the Committee of Foreign Relations, United States Senate, 23 Feb. 2009, p. 2.
20. *National Security Implications of U.S. Policy Toward Cuba*, Hearing Before the Subcommittee on National Security and Foreign Affairs of the Committee on Oversight and Government Reform, House of Representatives, 111th Congress, First Session, 29 Apr. 2009, Serial No. 111-121, p. 16.
21. NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2004), p. x.
22. STAVRIDIS, James. *Partnership for the Americas: Western Hemisphere Strategy and U.S. Southern Command* (Washington, DC: National Defense University Press, 2010).